

3

Práticas de memória

Um minuto de silêncio. Dois dias de luto oficial. Doze memoriais sobre o Holocausto espalhados pelo mundo. Setecentos e quarenta e dois filmes sobre a II Guerra Mundial. Diante da prerrogativa “Nunca mais!”, eventos traumáticos são celebrados para que nunca sejam esquecidos. No entanto, nenhum desses lugares da memória consegue dar conta de todos os aspectos que envolveram determinado acontecimento.

O que está retratado em museus, monumentos e celebrações reflete uma determinada narrativa sobre um evento específico. Como explorado no capítulo 1, os regimes de poder que permeiam as relações entre o Estado Moderno e sua população levam ao esquecimento de determinados acontecimentos ou de determinados aspectos desses acontecimentos, para que outros eventos, que reifiquem a narrativa espaço-temporal desse Estado, sejam lembrados.

Nesse sentido, as práticas de memória que engendram a lembrança e o esquecimento revelam relações de poder em que a memória é instrumentalizada. Esse uso instrumental do passado se revela nos discursos de legitimação do uso da força, como no exemplo da política americana pós 11 de setembro, ou na interpretação única de eventos que impactaram um enorme número de pessoas e que traria em si mesmo a possibilidade de múltiplas interpretações.

O presente capítulo busca analisar de que forma essas diferentes práticas de memória, como memoriais, celebrações e museus e comissões de verdade retificam as narrativas utilizadas pelo Estado soberano para articular o que será lembrado e esquecido. Para tanto serão trazidos alguns exemplos que ilustram essa articulação entre memória e poder.

3.1 Lembrar/Esquecer

A memória é entendida como o que há de mais pessoal e subjetivo em cada indivíduo, como um testemunho de sua individualidade e até mesmo como uma evidência sobre um fato ocorrido. Esse entendimento sobre o que é a memória pressupõe uma relação entre passado e presente e revela um arcabouço de práticas que assumem que as lembranças estão intactas e reservadas em um lugar específico, seja no cérebro humano¹, ou ainda em aparatos tecnológicos². Tudo isso, na opinião de Edkins (2003 p. 30), reforça a imagem de que há um passado registrado em algum lugar e de forma detalhada.

Na constante tentativa de responder as perguntas “Quem somos?” e “De onde viemos?” o que lembramos é importante. Mas talvez o que não foi dito, seja fundamental. O que é lembrado parece ter mais importância sobre o que foi “esquecido”. Lembrar nos faz reconhecer momentos passados como fundamentais na construção de quem somos no momento presente. Mas é impossível lembrar-se de cada detalhe do seu passado, de cada dia que viveu até o momento presente. Assim, momentos importantes são deixados de lado. Detalhes que também ajudam a responder sobre quem somos.

No âmbito coletivo, muitos eventos são lembrados, mas também muitos ficam esquecidos. Alguns ficam esquecidos para que não tragam novos episódios de violência como no caso de Estados que passaram por conflitos recentes. Outros preferem esquecer o trauma vivido por medo da estigmatização que podem sofrer em sua própria comunidade, como nos casos de mulheres vítimas de violência sexual. E nesse mosaico de eventos lembrados e esquecidos, legitimidades são reivindicadas, verdades são afirmadas e subjetividades são produzidas.

¹Um exemplo disso são os vários estudos relacionados a neurociência em que se apresenta o cérebro humano subdivididos em partes que se relacionam as capacidades intelectuais e emocionais dos indivíduos, em geral a memória tem seu lugar reservado.

²Edkins (2003 p. 30) traz o exemplo das máquinas usadas para lembrar as pessoas o que aconteceu na última vez que foi feita as compras e o que foi comprado. Câmeras de vigilância registram os passos dos cidadãos em grandes cidades.

Na política internacional, a análise das escolhas feitas nos processos de construção de Estados serve de base para escolhas políticas do futuro. Dessa forma, a memória é utilizada dentro de uma abordagem centrada nas consequências para a tomada de decisões. Nesse sentido, Duncan Bell (2006) apresenta uma definição interessante sobre memória coletiva:

Collective memory – or one of its many cognate terms, including social and cultural memory – refers, again in general sense, to widely shared perceptions of the past. Its shapes the story that groups of people tell about themselves, linking past, present and future in a simplified narrative (2006, p. 2).

A partir da afirmação de Bell é possível vislumbrar que a memória é deslocada para o plano social e político assumindo uma narrativa linear que tem por objetivo aprender com o passado, explicar o presente e trazer respostas para o futuro. Essa narrativa linear é justamente aquela escolhida pelo Estado moderno para expressar a sua posição enquanto ente soberano.

Para Zehfuss (2007, p. 41) a forma pela qual cada memória será apropriada gera controvérsias. Em debates sobre o uso da força, por exemplo, de alguma forma o passado não é problematizado, mas sim utilizado de forma instrumental como uma narrativa que pretende ser compartilhada e homogênea e que é colocada como passível de gerar interpretações do presente que resultem em atos para o futuro.

Desta forma, são raros os momentos em que se reconhece a possibilidade de múltiplas narrativas sobre o passado. Zehfuss traz o exemplo de Von Weizsäcker³ que pediu aos alemães “Let us look truth in the face on today’s 8 May as best as we can”. Zehfuss (2006 p. 221) interpreta essa frase como um discurso de autoridade que convida a todos os alemães, qualquer que sejam suas experiências em relação ao 8 de Maio, a olhar para este dia como um dia de libertação e que não foi considerado que, para alguns alemães, este dia é também marcado pela perda de seus bens materiais ou de pessoas queridas em consequência da expulsão de áreas a leste do país.

Zehfuss (2006 p.221) relata ainda que nessa campanha “contra o esquecimento” o Ministro de Relações Exteriores da Alemanha, Kinkel, mesmo assumindo posição

³ Richard Von Weizsäcker foi presidente da Alemanha entre 1984 e 1994 e ganhou grande notoriedade a partir da repercussão de seu discurso em razão dos 40 anos de fim da II Guerra Mundial em 8 de Maio de 1985 quando afirmou que o fim da II Guerra não deveria representar o dia de uma derrota, mas sim, o dia da libertação dos alemães.

contrária a do presidente Von Weizsäcker, fez menção a esta ideia de libertação pelos Aliados ao defender o emprego das Forças Armadas Alemãs (*Bundeswehr*) na intervenção na Bósnia, na década de 90.

O problema deste argumento não está apenas no “esquecimento” de acontecimentos importantes. Esse esquecimento é obscurecido por um entendimento sobre memória que assume uma posição de autoridade e conhecedor da verdade sobre o passado ao afirmar que *nós lembramos*. Reivindicar uma função pedagógica para o trauma e a memória tem por consequência uma reivindicação também de autoridade que afirma: sabemos o que é certo porque lembramos.

Oferecer uma função pedagógica à memória é comum. A memória teria, então, a função de “ensinar” líderes e comunidades sobre como agir no futuro e não repetir erros do passado. No entanto, ao se ter em mente as implicações políticas com relação à memória a questão que se coloca é outra. Trata-se de como. Como cada evento será lembrado traz uma tensão inevitável entre as diversas experiências e a impossibilidade de se fazer justiça à todos os envolvidos.

Assim, a relação entre memória e política assume grande importância para se entender como a memória pode representar um poderoso instrumento de manipulação a partir do momento em que é evocada, representada e performatizada. Embora esse caráter performático e representativo da memória confira uma imprecisão que tem como consequência a dificuldade em se fazer análises políticas, Zehfuss, por exemplo, afirma que esse caráter vago conferido à memória é justamente o que a torna interessante porque mostra que “a decisão sobre como acontecimentos serão lembrados remete a questões éticas e políticas importantes” (Zehfuss, 2006 p.229).

É interessante perceber a multiplicidade de memórias e de narrativas sobre acontecimentos passados, principalmente em se tratando de um mesmo evento, que trouxe consequências a diversas partes do mundo como a II Guerra Mundial. Ainda em acontecimentos de menor escala, como o “11 de Setembro”⁴, eventos violentos trazem grande impacto à memória coletiva ocidental. Um único evento atinge

⁴ Considerando o número de pessoas afetadas diretamente ao evento em si e não quanto a seus desdobramentos.

inúmeras pessoas que irão interpretá-lo de múltiplas formas, o que resulta em uma diversidade de experiências em cada indivíduo.

Müller (2002 p. 16-7) caracteriza como “memória do poder” o movimento, por exemplo, do crescimento do multiculturalismo que minorias tidas como vítimas de Estados ou de maiorias étnicas advogam. Para o autor (Müller, 2002) este movimento garante certo poder a essas minorias que ao reafirmarem esse passado de injustiças e traumas infringidos, avançam no sentido de resgatar histórias silenciadas. Neste caso, a memória de um evento violento legitima reivindicações de recursos políticos, além é claro, da dignidade dada às experiências pessoais vivenciadas.

Em outra direção, mas servindo também como exemplo mais recente é o da política americana no pós 11 de Setembro. Com o objetivo de legitimar as ações militares em decorrência dos ataques, o então presidente George Bush evocou eventos como a Guerra do Vietnã e o ataque a Pearl Harbour e ainda a memória da “grande geração” como elemento central de seu discurso. Nesse sentido, é importante ressaltar como a memória pode ser instrumentalizada na condução da política e na legitimação da guerra.

Like the Second World War, our present conflict began with a ruthless, surprise attack on the United States. We will not forget that treachery, and we will accept nothing less than the victory over the enemy. Like the murderous ideologies of the 20th century, the ideology of terrorism reaches across borders, and seeks recruits in every country. So we're fighting these enemies wherever they hide across the earth (George W. Bush⁵ apud Bell, 2006 p. 14).

Zartman utiliza duas categorias para pesquisar os esforços para a negociação entre rivais que podem ter por objetivo, diferentes situações como: “para as mortes (suspensão do conflito); fazer avançar o conflito da violência para a política (gerenciamento do conflito); um total fim de desacordos (resolução de conflito) ou a construção de relações positivas entre as partes (transformação de conflitos)” (Zartman 2005, p.1). Para se chegar a algum dessas resoluções, Zartman utiliza duas categorias de negociação de conflitos, o *Backward* ou *Forward Looking*. O autor explica ainda que negociações focadas em *backward-looking* “são aquelas em que

⁵ Discurso na Academia das Forças Aéreas em 2 de Junho de 2004. Ver em: <http://www.whitehouse.gov/news/release/2004/06/20040602.html>

objetivam por fim a violência e tenciona resolver confrontações entre direitos e status e tenta promover ainda accountability para ações do passado”, já as negociações focadas em *forward-looking* são aquelas em que “procuram desenvolver mecanismos para prevenir violência no futuro buscando oportunidades de cooperação e tentam prevenir a ressurgência de antigos conflitos.” (Zartman 2005, p.3).

Também é interessante observar que cada narrativa tanto individual quanto coletiva está refletindo valores e escolhas conscientes ou inconscientes. Mesmo não sendo possível dar conta do inconsciente quando se faz análises políticas, Fierke (2006) recorre à teoria Freudiana sobre o consciente e o inconsciente e assim, a repressão ou negação do inconsciente para a política. A autora afirma que no âmbito da política o processo de repressão do inconsciente pode ser entendido como “o ato político que tem por objetivo criar uma unidade de interpretação... que levaria a repressão da diferença, do debate ou narrativas alternativas sobre o passado” (Fierke 2006, p.131).

Como exemplo, a autora (Fierke, 2006 p. 131-2) apresenta a negação política como algo que está imbuído nas ações cotidianas. Como nos processos individuais, os processos políticos se são negados, não são percebidos e ao não serem percebidos tornam-se parte do cotidiano. O regime comunista implementado pelo Stalin através da negação e da constante exaltação do slogan “Trabalhadores do mundo: Uni-vos!”, promovia algo em torno do qual os trabalhadores deveriam se identificar. Enquanto muitos trabalhadores colaram adesivos com a frase em suas janelas, esses indivíduos estavam reafirmando a ideia de um regime que representava a igualdade e a justiça, tornando invisível que este regime apresentava também outra face, a utilização da opressão e violência.

Na mesma direção, Minow (1998 p. 118) traz o exemplo do conflito na Irlanda afirmando que a difícil solução do impasse estaria no fato de que “os Irlandeses nunca vão esquecer enquanto os Ingleses nunca vão se lembrar”. No entanto, desta forma a autora (Minow, 1998) apresenta o binômio “lembrar/esquecer” de maneira dicotômica entendendo o binômio lembrar/esquecer como excludentes, ou se lembra de ou se esquece de.

Ao se apresentar o binômio lembrar/esquecer pode-se pensar em termos de escolha, entretanto essa dicotomia é falsa. Não se pode esquecer o que não é lembrado, da mesma forma que não se pode lembrar o que já está esquecido. Em concordância, Zehfuss afirma que lembrar e esquecer na vida política não é facilmente distinguível. A autora sustenta que a dicotomia apresentada por Nietzsche entre lembrar/esquecer apresenta problemas, uma vez que o privilégio de lembrar está inteiramente intacto. De maneira significativa, a distinção entre promover a lembrança e promover o esquecimento não está clara, e nem poderia, uma vez que lembrar ou esquecer não é o ponto fundamental. O que estaria em questão é de que maneira lembrar e como lidar ou construir representações do passado lembrado. Logo o argumento contra esquecer que implica no imperativo de lembrar é também um movimento sobre como lembrar (Zehfuss, 2007, p. 40).

Dessa forma, a memória deixa de se relacionar apenas com lembranças do passado para estar inteiramente em interseção com práticas para o futuro. Sendo assim, a memória pode, dessa forma, ser vista como um fator de subversão de uma distinção clara entre passado e presente e introduz um elemento de dúvida. Fierke (2006, p. 126) observa essa tensão dialética entre lembrar e esquecer, presente nas narrativas da memória, e traz o exemplo da significação de Hitler para o Ocidente.

There exist narrative memories of who Hitler was and how he relates to who we are. This may be *deliberately* remembered in commemorative acts, which re-enact the past as a part of public ritual, such as the various celebrations in May commemorating the end of the Second World War. But this memory may also be re-enacted with less perspicuity or clarity about the role of the past in shaping a present performance. When foreign leaders are depicted as “like Hitler” the present encounter becomes an encounter with the past. Interactions may subsequently become a re-enactment of a habitual performance in which the identity of various participants, as victims, tyrants or liberator is reinforced (Fierke, 2006 p. 126).

Ao entender o trauma como uma ruptura que coloca em risco o entendimento espaço-temporal do Estado moderno e mais importante, revela que o Estado não é sempre aquele que protege e oferece segurança aos seus cidadãos, o passado deve ser articulado através da lembrança e do esquecimento para a manutenção do status-quo. Para reverter essa ruptura faz-se necessária a disciplinarização de comunidades políticas através da normalização do passado e da manutenção do entendimento das

fronteiras como proteção contra a diferença (e a ameaça) recolocando o espaço do Estado como um lugar que seja reconhecido como “lar”.

A memória compartilhada por uma comunidade será produzida e reproduzida através das representações culturais. Assim, falar sobre memória não é falar somente do passado. Mais do que isso, falar sobre memória é falar também sobre práticas de lembrança e esquecimento que vão construir o presente, através da formação de identidades e representações articuladas em comunidades políticas e como essas mesmas comunidades lidam com o seu passado.

Nesse sentido, a presente seção revela a importância de se pensar práticas de lembrança e esquecimento não como um binômio excludente em que só se é possível um ou outro. Ao contrário, ao se decidir esquecer determinados eventos para se lembrar de outros, está se fazendo uma escolha não só de quais violências serão lembradas, mas principalmente, como essas violências serão lembradas.

3.2

Memória como prática

Quando se revisita um lugar que pertence à infância, muitos dos momentos vividos voltam à lembrança. Um antigo amigo que brincava na mesma praça ou aquele ponto de ônibus onde os amigos se encontravam para ir juntos à escola. Determinados eventos que pertencem a outro tempo. Eventos que já tinham ficado esquecidos em algum lugar da memória e que juntos contribuíram na construção da identidade daquele indivíduo⁶.

No que concerne à identidade nacional, alguns lugares recebem status de representantes da memória coletiva. Uma vez que a vida entre fronteiras não representa uma divisão natural, e sim um conjunto de acordos espaço-temporais que constroem o indivíduo entre fronteiras e os chamam de cidadão, faz-se necessário que esses cidadãos compartilhem memórias em comum.

Entretanto, o que fica latente em celebrações e memoriais é resultado de disputas de poder que reivindicam o que é importante ser lembrado como

⁶ Para Hume a identidade dos indivíduos se constrói a partir de uma linearidade de acontecimentos que juntos formam a memória e a individualidade. Esse tipo de entendimento sobre a memória individual, como linear e cumulativa, é também empregado pelo Estado moderno, linear e que representam um acúmulo.

representante legítimo de fatos que levaram à construção daquele Estado. No caso da memória coletiva, não se pode pensar em eventos do passado sem relacioná-los com todo um sistema de ideias, significados e regimes de poder presentes naquele grupo.

Como fio condutor que perpassa várias gerações, estando presente através dos tempos, a herança que cada comunidade política carrega, é ela também ressaltada em alguns aspectos e diminuída em outros. Assim, se constrói certa legitimidade que exaltaria a superioridade de uma comunidade política em detrimento de outra.

O senso de coletividade despertado informa àquele grupo de que há uma herança para ser cuidada e preservada. Mas ao mesmo tempo em que essa característica apresenta algo de especial e único, está presente também uma ameaça constante àquele patrimônio que deve ser cuidado para que não seja depredado pelo outro, ou que perca suas características *originais* pela ação do visitante, àquele que não compartilha da mesma herança.

Booth (2006, p.104) faz uma diferenciação entre os lugares comuns do dia a dia onde não intencionalmente apresentam para determinado indivíduo ou mesmo para uma comunidade carga emocional justamente por trazerem lembranças, como: a casa dos pais ou mesmo um templo. Em oposição estariam os “*lieux de memoire*” assim batizados por Pierre Nora (apud Booth 2006 p. 104), que representariam espaços intencionalmente marcados como lugares da memória. Locais como bibliotecas, arquivos e monumentos são receptáculos da memória, e uma impressão física e espacial da narrativa da comunidade.

Construir lugares específicos para a memória seria, então, uma forma de estabilizá-la e, por conseguinte, a identidade coletiva. Comemorações, monumentos e museus são construídos de forma que pareçam o resultado natural da mobilização social para a lembrança de determinado evento importante para aquela coletividade. Esse passado é construído de forma que seja inteligível apenas para aquele grupo e, conseqüentemente, inacessível para o “outro” que não está circunscrito dentro daquela fronteira.

Para se articular a identidade de um grupo em monumentos e celebrações, em geral deve se ter em mente três pontos importantes: estabelecer as fronteiras entre o grupo em questão e “os outros”, prover a base para a ação coletiva e chamar atenção

para a vida em comum delimitando o que deve ser compartilhado como história e futuro (Booth, 2006, p.6).

Essa narrativa a ser construída deve então representar um passado comum, estável, homogêneo e que constitui e é constituída de acordo com o contexto social e histórico daquela população. Além disso, deve utilizar uma linguagem⁷ em que história, herança e identidade sejam centrais e estejam articuladas de forma que reifiquem os regimes de verdade daquele grupo. O monumento funciona como uma sedimentação daquilo que está presente nos arquivos, museus ou livros de História, podendo eliminar os resquícios de tensão ou disputa que talvez ainda existam no presente.

Outro aspecto interessante da construção de monumentos é que estes acabam por fixar o trauma em um determinado tempo e espaço. Espacialmente, são atribuídos aquele determinado lugar, no espaço geográfico da cidade onde os eventos teriam ocorrido, como se os eventos fossem desconectados de qualquer outro lugar naquela mesma cidade. Temporalmente, fixa-se uma identidade imutável que não admite mudança. Booth (2006, p.3) destaca que ao se criar fronteiras que diferencia o “nós” dos “outros” fixa-se uma identidade a um grupo que o diferencia dos demais mesmo com o passar do tempo.

Monumentos tornam lugares vivos. Ao se construir memoriais, o espaço vira lugar. Lugar de lembrar, lugar de ser também testemunha. Ao mesmo tempo, criar um lugar para lembrar quer dizer que aquele evento só será lembrado naquele lugar especificamente? Ao contrário do que se imagina em um primeiro momento, a fixação dessas memórias em celebrações e memoriais também promove o esquecimento das tensões do passado. As práticas de lembrar e esquecer estariam então circunscritas tanto espacialmente (em um lugar determinado onde o memorial está construído) quanto temporalmente (sendo o momento de lembrança apenas aquele em que se foi visitar o memorial).

Como exemplo, pode-se citar o Memorial da Deportação em Paris. Terminada a sua construção em 1960, representa a resistência francesa ao envio de judeus de Vichy durante a II Guerra Mundial. Não há referências em relação à responsabilidade

⁷ Por linguagem, entendem-se todas as formas de comunicação, escritas ou não.

compartilhada pelas deportações nem sobre a colaboração francesa com os alemães. Foi feita uma leitura particular e concreta do evento sem que estivesse relacionada com a memória viva sobre o mesmo (Edkins, 2003 p. 130).

Mas esse exemplo colabora com o argumento de que alguns monumentos fixam narrativas tanto no espaço quanto no tempo devido à sua localização versus a atenção recebida. O Memorial da Deportação está situado na *Île de la Cité*, local de grande movimentação turística na cidade, mas está quase escondido das vistas dos visitantes. Edkins (2003, p. 130) destaca que “ele não precisa chamar atenção. Não está lá para ser visitado, com exceção dos dias de cerimônias. É suficiente para a consciência nacional que esteja lá”.

A paisagem é alterada quando se constrói monumentos. Ao elevar um local a monumento ou memorial é como se esse local assumisse uma história. O próprio local construído ganha um passado com uma narrativa que conta o ano em que foi construído, por que foi construído ou o que ele representa. Assim, faz parte de todo o processo de monumentalização de determinado evento a própria construção da narrativa em torno não só daquele monumento, mas também do evento ali representado.

Para Booth (2006, p.50) “o que as inscrições da memória tentam criar, suprimir ou transformar é dado no presente por profundas correntes de memória, e essas inscrições vão funcionar como fazedores-de-memória dentro de um contexto da memória-identidade partilhadas.”.

Outros aspectos também presentes nos memoriais são o heroísmo e sacrifício para recontar a fundação do Estado. Nesse sentido, remonta-se a um mito fundacional glorioso, mas que ao mesmo tempo obscurece o trauma e a violência. Nos monumentos que rendem homenagens àqueles que morreram em batalhas o sacrifício implica em débito. Aqueles que são testemunhas, mas que não podem mais falar, uma vez que deram suas vidas para que aquela nação continuasse a viver, pedem para que não seja esquecido seu sacrifício, mas lembram do compromisso daquela comunidade com as suas mortes. Booth (2006 p. 102) apresenta o exemplo da inscrição presente no Cemitério de Guerra de Koshima, Índia: “When you go home/Tell them of us, and say/For your tomorrow/we gave our today.”

Diversas categorias identitárias são trabalhadas por meio da monumentalização da violência. Gillis (1994 p. 10) comenta que as comemorações nacionais estiveram reservadas às elites masculinas o que seria explicado pelos imperativos individuais presentes nas guerras por exemplo. O papel das mulheres esteve presente de forma alegórica, como no caso da Estátua da Liberdade nos EUA ou na figura da Marianne na França⁸, como um símbolo da república, sendo, porém esquecido o papel das mulheres que de alguma forma participaram de acontecimento importantes na sociedade.

Gillis destaca que no regime monárquico as rainhas tiveram algum tipo de reconhecimento na questão da construção de memoriais, mas que nas novas democracias a rainha Victoria teria recebido referência apenas em seu papel como mãe ou esposa, seguindo assim a forte tendência ocidental de reconhecimento do papel da mulher em acontecimentos de grande proporção ou apenas nos papéis de mãe e esposa (Gillis, 1994, p.10). Outras categorias sociais, além das mulheres, não representadas são os trabalhadores, os jovens e as minorias raciais levando à conclusão de que o que está sendo retratado nas celebrações está condizente com os que detêm o poder nas outras áreas sociais.

Pode-se concluir que a construção de memoriais e o ato de celebrar invocam uma memória que tem estreita relação com necessidades do presente. Essa construção pode tanto se dar pela imposição de uma narrativa dominante quanto pela necessidade de se fazer frente a uma contestação.

3.2.1

Memórias de violência

Como parte da articulação da identidade esquece-se o aspecto violento da guerra para se exaltar a sua glória e conquista. As práticas de memorialização também têm como característica mobilizar seus cidadãos para a guerra, em momentos de ameaças, para a defesa do Estado soberano.

⁸ Marianne símbolo da República Francesa tem a sua representação mais famosa no quadro de Delacroix, «A liberdade guiando o povo», 1830.

Para maiores informações sobre a representação da Marianne ao longo do tempo, bem como as transformações pela qual passou, ver: <http://www.france.fr/pt/conhecer/instituicoes-e-valores/simbolos-da-republica/article/video-marianne-ao-longo-do-tempo>, acesso em 07/09/2011.

Na segunda guerra mundial, os soldados não eram mais mercenários nem mesmo profissionais, mas sim cidadãos voluntários que reforçavam a participação na guerra de toda nação como uma comunidade democrática. Mas mesmo antes da primeira guerra mundial, com a formação do estado moderno, a maneira de se fazer guerra começa a mudar dando uma adjetivação a morte dos soldados como uma morte gloriosa que representa o sacrifício pela nação.

Como consequência, os cemitérios de soldados tornaram-se espaços sacralizados e parte das comemorações de guerra. Um exemplo de discurso que sacraliza o sacrifício dos soldados é o texto presente na tumba do soldado desconhecido na Abadia de Westminster: “Thus are commemorated the many multitudes, who during the great war of 1914-1918 gave the most that man can give life itself for God for king and country for loved ones home and empire for the sacred cause of justice and the freedom of the world” (apud Edkins, 2003 p.24).

A monumentalização de guerra e as comemorações articuladas para o mesmo fim acabam por funcionar como uma maneira de se lembrar, mas também de se esquecer. Ao lembrar apenas o aspecto da glória e do sacrifício dos soldados esquece-se do trauma que é a guerra, de tudo que esta envolve, de todas as mortes e violências cometidas e de todo o sofrimento do próprio soldado, restando apenas o nobre sacrifício.

Outro aspecto da memorialização de episódios violentos que começa a ocorrer a partir da I Guerra Mundial é que os monumentos passaram a assumir características completamente diferentes das anteriores. Com a morte massiva de milhares de soldados, foi se tornando cada vez mais difícil se preservar a identidade individual de cada soldado. Por isso, teve início a construção de monumentos para os soldados desconhecidos. No entanto, esses monumentos embora lembrassem todos os soldados mortos em combate, não estavam lembrando nenhum soldado em particular (Gilles, 1994, p.11).

3.2.1.1 O Cenotaph

O Cenotaph, que significa tumba vazia e inicialmente deveria ser temporário, foi construído em Londres, em julho de 1919, e era de responsabilidade do Gabinete do Comitê de Guerra para Celebrações de Paz (*War Cabinet Committee on Peace Celebrations*, em inglês). Este comitê estava responsável pela organização do evento para celebração do dia do Armistício, que incluiria uma parada militar.

O Secretário de Relações Exteriores era contra a construção do monumento, mesmo que temporariamente, por acreditar que seria difícil que a população adotasse uma atitude de reverência apropriada. No entanto, o Primeiro Ministro Lloyd George, que teve a ideia do projeto inspirado no Arco do Triunfo francês, ressaltava a importância de se realizar algum tipo de tributo aos mortos.

Para surpresa de todos houve uma grande empolgação por parte do público com relação ao monumento, com a constante colocação de flores no local, mesmo vários dias após o evento. Logo a empolgação se transformou em pressão para que o monumento, até então construído em madeira e temporário, fosse reerguido de forma permanente.

No entanto, o pedido pelo reerguimento do monumento de forma permanente não era consensual. O Comissariado de Polícia estava preocupado com os possíveis acidentes que poderiam ocorrer em virtude da constante visita de pessoas e do ato de se deixar várias flores em um local que estava no meio de uma avenida movimentada.

No entanto, o lugar já havia se tornado sagrado. Com base no argumento de que o monumento havia sido consagrado pelas salvas dos soldados em marcha, decidiu-se manter não só o local, mas também fazer o mínimo de alterações no momento da construção definitiva do monumento. Inscrições adicionais bem como símbolos cristãos foram rejeitados.

Winter (apud Edkins p. 66) afirma que o Cenotaph em Londres é “uma arquitetura abstrata, mas que de alguma forma conseguiu transformar uma parada militar em um momento político de contemplação ao eterno, a inexorável realidade da morte na guerra”. No entanto, ao ser comemorado e celebrado lembra-se das mortes, mas esquece-se que quem matou, quem sobreviveu, e o inimigo neste caso,

que matou e sobreviveu, não foi o outro exército, mas o Estado. Lembra-se da glória, e esquece-se do trauma.

O desenho do Cenotaph embora pareçam linhas horizontais, na verdade são linhas esféricas que criam uma ilusão de linearidade. Luyten, idealizador do projeto explica (apud Edkins p.63) que assim o Cenotaph não está separado, mas faz parte de algo maior. É interessante pensar que, mesmo não intencionalmente, o Cenotaph de Londres parece linear, embora não seja da mesma forma que o Estado Moderno parece natural, que sempre existiu e sempre existirá, mas não é. Essa não linearidade é tão sutil que também não é percebida pelas pessoas.

3.2.1.2 O Muro do Vietnam

Construir um monumento que lembre uma guerra na qual não houve glória, mas ao contrário, uma vitória amarga, pode parecer ambíguo. No entanto, considerando-se o local onde foi construído e a resposta que teve do público, o memorial do Vietnam pode ser também interpretado como uma tentativa de reinscrever esta guerra na história do país, não como um episódio lamentável que traga vergonha, mas pela bravura dos soldados.

Diferentemente da maioria dos outros memoriais, o muro do Vietnam não foi construído por iniciativa do governo, mas sim de um veterano chamado Jan Scruggs que, em 1979, determinou que já era chegada a hora de lembrar, ou a hora da cura. Juntamente com outro veterano de guerra, chamado Robert Doubek, estabeleceu o fundo de veteranos para o memorial do Vietnam com o objetivo de levantar fundos para a construção do memorial.

A ideia desses dois veteranos era a construir não um memorial de guerra, mas um memorial dos veteranos que não tivesse contribuição pública e que fosse politicamente neutro. O design também foi resultado de negociações entre os veteranos. O memorial teria que ser contemplativo e harmônico com o entorno, especialmente em relação aos outros memoriais que ficam em área próxima, como o Monumento de Washington e o Memorial Lincoln. Deveria conter o nome de todos

os que morreram ou continuavam desaparecidos e não deveria fazer nenhuma referencia política sobre a guerra (apud Edkins, 2003 p. 74).

No entanto, como aponta Edkins (2003, p.75) essas demandas são inconsistentes. O próprio local escolhido coloca o monumento do Vietnam e também a própria guerra como um evento nacional. O pedido para que todos os nomes estivessem incluídos também pode ser entendido como um movimento político. O nome dos cinquenta e oito mil soldados mortos é em termos comparativos tão baixos que pode ser escrito em um monumento que tem a forma de um muro. Edkins (2003, p.75) lembra que se fossem colocar o nome das vítimas vietnamitas, um muro sessenta e oito vezes maior seria necessário.

O projeto vencedor foi o de Maya Ying Lin, uma jovem chino-americana estudante de arquitetura em Yale, e é composto por dois longos muros, em mármore negro e polido, que se encontram formando um grande ângulo e recebeu muitas críticas. As críticas começaram pelo fato do memorial não ter nenhum símbolo nacional, como bandeiras, passando pelo fato de ser considerado moderno e minimalista, tornando mais difícil a interpretação. Também foram feitas muitas críticas pelo fato da cor do mármore ser negra. Muitos relacionaram a cor com a vergonha e desonra. Outras críticas foram feitas por não haver nenhuma referência clara ao Vietnam ou por não estar explícito que os nomes daqueles soldados, eram os nomes dos soldados mortos. Uma inscrição foi colocada depois, bem como a escultura que retrata três soldados e, em um terceiro momento, foram incluídos também um soldado mulher e enfermeiras.

Mas o memorial acabou se tornando um sucesso justamente por trazer à tona o sentimento de perda das pessoas, mais do que articulações sobre a glória de defender seu país em uma guerra. A descrição das pessoas que visitaram o memorial é a de poder tocar e acariciar o nome de seus entes queridos, uma vez que os nomes estão em relevo, ou poder ter um momento de pensar sobre o familiar que não está mais vivo em um local quieto, ou ainda a sensação de olhar o próprio reflexo no mármore negro e polido, ver-se vivo em um mundo e ao mesmo tempo perceber que aquelas pessoas com os nomes inscritos naquele mármore fazem parte agora de outra dimensão.

Tanto o Cenotaph em Londres quanto o Muro do Vietnam geraram uma enorme mobilização do público. Muitos familiares foram até esses dois monumentos para deixar flores, cartões, uniformes, entre outros objetos. No entanto, o que foi feito desses objetos deixados nos dois memoriais se difere bastante.

No caso do Cenotaph, o recolhimento dos objetos deixados era feito uma vez por semana e descartado. A partir do desfile, em novembro de 1920, pensou-se na possibilidade de fazer um acervo das cartas e cartões que seriam catalogados no Crystal Palace e depois enviados ao Museu Imperial de Guerra, mas em apenas quatro meses o total de cartões recolhidos chegou a trinta mil. Com o grande número de cartões deixados e seus diferentes tamanhos, o que dificultava a catalogação, o Museu imperial de Guerra não mostrava interesse em guardar aquela coleção.

Já no Muro do Vietnam todos os dias são recolhidas “coisas”⁹, catalogadas pelo dia em que foram ali depositadas. Com exceção de flores e bandeiras sem nenhuma inscrição, todo o resto é guardado pela Coleção do Memorial dos Veteranos do Vietnam. Em 1998, a coleção já chegava a cinquenta e três mil coisas em exibição permanente no Museu Nacional de História Americana de Washington.

O espaço ocupado pelos memoriais não são simples receptáculos de objetos ou monumentos, mas, constituem uma narrativa daquela comunidade. Tanto o Cenotaph quanto o Muro do Vietnam, são locais que além da forte carga emocional trazem uma narrativa que estabiliza, ou homogeneiza, a memória contada sobre eventos de grande proporção, de violência e que exigiram o sacrifício de um grande número de pessoas, tanto soldados, quanto a família desses soldados e, portanto, civis.

Se os soldados lembrados nestes memoriais não estão mais nesse mundo para testemunharem o que viram, suas famílias precisam ressignificar aquela perda de forma a ter o orgulho de seus entes perdidos na guerra, transplantados para o orgulho de pertencerem àquele Estado. Assim, se o Cenotaph representa o “soldado desconhecido” simbolizando todos os soldados que deram suas vidas em uma única tumba, no Muro do Vietnam, cada um desses soldados é conhecido. O Muro dá a cada um deles uma identidade individual, mas que em seu aspecto coletivo, fizeram também seu sacrifício à pátria.

⁹ Assim são chamadas pelas autoridades do parque.

Mas se o sacrifício dos soldados que participaram da I Guerra Mundial ao lado dos ingleses era mais do que nobre e justificável, o que falar da guerra do Vietnam. Entendendo que o Cenotaph seja um monumento ao novo Estado que surge após a Grande Guerra e que o “soldado desconhecido” ali representado, simbolize o sacrifício de todos os soldados em favor da pátria, o Cenotaph está em oposição direta às referências simbólicas utilizadas no Muro do Vietnam.

O Muro do Vietnam é uma homenagem clara aos soldados que morreram e sobreviveram. Embora se pretendesse apolítico, este monumento silencia os aspectos causais do conflito, como a guerra por zonas de influencia, e sucessivas derrotas. Por outro lado, o Muro destaca a bravura de seus soldados em defesa da liberdade e da democracia e por fim, os próprios valores democráticos.

3.2.2 Memórias do Holocausto

Há outros tipos de memoriais que se relacionam a eventos conturbados da história, como a fome ou genocídios. No caso dos memoriais e celebrações de guerra, o impasse está colocado na construção de monumentos como uma maneira de lembrar o ato heroico dos soldados e esquecer o trauma e a violência da guerra. Ou ainda, entre lembrar o sacrifício dos soldados e que suas mortes foram causadas para assegurar a ordem internacional e esquecer a violência sob a qual o Estado moderno é erguido, reescrevendo assim o mito de origem.

No caso de genocídios, não é possível dizer que aqueles que morreram estavam na verdade sacrificando a sua própria vida pelo Estado. Ao contrário, essas mortes foram causadas pela construção, dentro do próprio Estado, de novas fronteiras que determinou quem deveria pertencer e quem não deveria. Quem deveria ser aniquilado e quem não deveria. Assim, os monumentos e comemorações devem apresentar um novo sentido, devem reescrever a narrativa do estado moderno de outra maneira.

No entanto, nada é impossível. Young (1993, p.49-51) exemplifica a construção do primeiro memorial em Berlin para as vítimas do Holocausto na Prisão Plotzensee. Na entrada da antiga prisão foi colocada uma urna com terra retirada de um campo de concentração nas proximidades e uma placa que diz “Às vítimas da

ditadura de Hitler”. Essa foi uma prisão para presos político que depois foram associados a um movimento de resistência. Em 1952, o local foi restaurado, e na entrada pode-se ler:

“During the years of the Hitler dictatorship, from 1933 to 1945, hundreds of human beings were put to death by judicial murder on this spot. They died because they choose to fight against the dictatorship for human rights and political freedom. They included people from every walk of life and nearly every country. Through this memorial, Berlin honors those millions of victims of the Third Reich who, because of their political convictions, religious belief, or racial origins, were vilified, abused, deprived of their freedom, or murdered”.

Young (1993, p.51) afirma que a imprecisão da identidade atribuída às vítimas do Hitler é tão grande que dá margem à interpretação de que qualquer pessoa que não estivesse necessariamente ao lado de Hitler seria uma vítima dele. Da mesma forma, ao se relacionar as vítimas do regime a um movimento de resistência, abre-se a interpretação de que todas essas pessoas que morreram, morreram pela Alemanha.

Edkins (2003 p.117) afirma que mesmo com a dificuldade de se relacionar a morte dos judeus na II Guerra Mundial com um mito de origem, na qual estes teriam sido sacrificados por uma causa maior ou de alguma forma inclusiva e homogênea, não houve impedimentos para que cada grupo adjetivasse o evento de diferentes formas e separadamente. Muitos relacionam as mortes provocadas pelo Holocausto com a criação do Estado de Israel, dando uma adjetivação de heroísmo e sacrifício aos judeus mortos nos campos de concentração.

No caso dos eventos do Holocausto, muitos dos antigos campos de concentração foram conservados abrindo a discussão sobre de que forma devem ser apresentados para o público. Neste caso, as negociações são tensionadas por serem recentes e pelo grande número de sobreviventes ainda vivos até hoje. Para Edkins (2003, p.136), esses lugares fazem mais do que comemorar, tornam entrelaçadas as ações de lembrar e testemunhar.

O Campo de Dachau localizado nas imediações da cidade de Munique apresenta uma relação dúbia com o Holocausto. Inicialmente este campo foi utilizado para aprisionar opositores políticos de Hitler, como comunistas, sociais democratas ou monarquistas, entre outros. Somente após o início da guerra que pessoas

provenientes de outros países que eram contra o regime de Hitler, bem como judeus e padres começaram também a serem enviados para Dachau.

Perto do fim da guerra, Dachau passou a receber presos de outros campos mais a leste que foram abandonados por causa do avanço dos soviéticos e foi liberado em 1945 pelos americanos. Após o fim da guerra, Dachau se tornou local de aprisionamento de oficiais da SS que aguardavam julgamento. Em 1948, quando os julgamentos chegaram ao fim, o Campo de Dachau passou a ser um campo para refugiados para alemães que vinham fugidos de Sudetenland chegando a abrigar até 1960, cinco mil pessoas.

Em 1955 foi organizado um encontro entre os antigos prisioneiros de todas as nacionalidades que decidiram formar um Comitê Internacional de Dachau que reivindicavam a construção de um memorial. Em 1965 o local foi aberto ao público com um novo museu. O fato de este campo ter sido usado para inúmeras finalidades levou a certa dificuldade sobre o que representar. Muitas das construções mais antigas usadas na época dos nazistas foram derrubadas logo após o fim da guerra.

Liberado pelos soviéticos em Julho de 1944, o primeiro campo de concentração a se tornar local de memorialização foi o Campo de Majdanek, perto de Lublin. O Museu Nacional em Majdanek atualmente se apresenta tendo três objetivos: conservar o local como provas materiais dos crimes cometidos ali, analisar os fatos desses crimes e apresentar os fatos analisados para o público.

As ruínas de Majdanek estão conservadas não apenas do holocausto, mas principalmente dos motivos pelos quais o Estado decidiu preservá-las. Em Majdanek, não é apenas a história da segunda guerra mundial que está preservada, mas também uma história que fala da libertação Soviética que apresenta uma interpretação Marxista sobre esta guerra e suas vítimas. A identidade judaica dos prisioneiros foi assimilada de duas formas, a primeira por meio da memória do sofrimento do povo polonês e a segunda por meio de uma crítica com bases econômicas ao campo que invisibilizam a identidade dos prisioneiros e mortos no local (Young 1993, p. 121).

Em um dos locais que apresentam textos que recontam os acontecimentos daquele local, está escrito: “Poloneses constituíram o mais numeroso grupo e quase todos eles eram prisioneiros políticos” e continua com “Judeus e cidadãos de vários

outros estados considerados descendentes de judeus constituíram o segundo maior grupo. Estes foram colocados no campo por motivos raciais. Grande parte da população do campo foi representada por cidadãos da União Soviética, muitos destes, prisioneiros de guerra”.

Young (1993, p. 123) aponta que a afirmação está correta uma vez que a maior parte dos judeus neste campo era morta nos dias que seguiam a sua chegada, não tendo grande relevância na porcentagem total de prisioneiros deste campo. Outro dado de contagem ignorado pela afirmação apresentada pelo Museu ao público é que os poloneses também judeus são contados apenas como poloneses e não como judeus. Ao se contar os judeus e poloneses que foram mortos ou obrigados a trabalhos forçados na segunda guerra mundial, o número seria equivalente (Young, 1993 p. 123).

O Museu Nacional em Majdanek está atuando como uma prática de memória que lembra não só o Holocausto, mas também a morte de poloneses que tinham posições políticas contrárias ao Nazismo e que foram mortos porque estavam a favor do seu Estado e também da União Soviética, tanto na posição política quanto econômica. Outro ponto importante é que esse campo está localizado na Polônia, logo se coloca uma tensão na representação do acolhimento deste tipo de prática dentro de seu território. O que também está sendo lembrado é que os poloneses não estavam de acordo com os nazistas e que abrigar um campo de concentração em seu próprio território pode constituir uma violência ainda maior, que é a de ser feito escravo e depois morto em seu próprio solo.

Em 1945, o Comitê Polonês da Liberação Nacional decidiu transformar Stutthof, parte do complexo de Auschwitz-Birkenau, também em memorial. Esses dois campos foram abandonados pelos alemães em fuga sem que fossem destruídos. Para Young (1993, p.120), lembrar que foram os próprios judeus locais que construíram Auschwitz obrigados pelos alemães, significa lembrar que foram as próprias vítimas construíram o campo onde seriam assassinados.

Auschiwitz I foi construída para abrigar presos poloneses por causas políticas ou prisioneiros de guerra russos. Ao longo de um ano, os nazistas decidiram construir outra área destinada ao trabalho, um novo campo chamado Buna, e para a morte os

nazistas tomaram o vilarejo polonês chamado Brzezinka que passou a se chamar Birkenau, onde foram construídas barracas, câmeras de gás e o crematório e. Nos quatro anos seguintes, um milhão e seiscentas mil pessoas, sendo noventa por cento delas judeus, foram mortas.

Em 1947, o Parlamento Polonês decidiu que toda a área deveria ser “para sempre preservada como memorial do martírio da população polonesa e outras pessoas”. A partir de então, o memorial de Auschwitz assumiu um caráter internacional e cada um de seus blocos foi dividido entre uma nação para ali representar seu sofrimento. Ali estão representados os húngaros, belgas, austríacos, judeus, entre outros de dezenove nacionalidades diferentes. Desta forma, fica representada no local uma memória plural dentro da perspectiva, representada por maneiras diferentes e sofrimentos particulares a cada nação. Ao mesmo tempo, o sofrimento comum aos judeus fica pulverizado entre as visões particulares do sofrimento a cada nação.

O pavilhão destinado aos judeus foi fechado em 1967 e foi reaberto em 1978. No discurso para reabertura deste pavilhão, o ministro da cultura, Janusz Wiczorek declara:

Distinguished Guest, here at the graveyard of Europe, at this necropolis of human hopes and inconceivable drama, one should keep silent...But to keep silent also means to resign, yet our presence today proves we have not given up. We are richer with true facts discovered in the laboratories of scientists and statisticians examining the history of World War II, martyrology of states and nations condemned by Nazi Germany to political and biological extermination. Among those doomed, Jews and Poles rank in the first place...In their studies scientists and statisticians have almost completed calculating the millions of Jews and Poles who perished in that holocaust. Oswiecim, Treblinka, Chelmno, Plaszow, Belzec, Sobibor, Lodz, Bialystok, and the Warsaw Ghetto and dozen of others places of “the Warta district” and “the General Gubernia” they are all stages of extermination...We know nearly everything about their gehenna (Calvary), the misery of Poles (apud Young, 1993 p. 131-2).

Para Young (1993 p. 132), judeus e poloneses são colocados juntos como o primeiro grupo mais atingido pelos nazistas em uma morte que estaria baseada tanto nas causas políticas quanto étnicas/religiosas. Ao mesmo tempo, ao serem listados os locais que levam nomes poloneses cria-se um significado particular para os poloneses dentro do cenário de sofrimento dos judeus.

Além disso, ao responder a crises de grande escala que atingiram grupos sociais diferentes, como o Holocausto ou as duas Grandes Guerras, cada um desses grupos também apresentará interpretações diferenciadas sobre o mesmo evento. Pode-se afirmar que a memória coletiva funciona também como uma fronteira identitária que diferencia um grupo de outro.

Uma vez que um ícone entra para a paisagem local, sua conotação começa a ser reinterpretada. A carga emocional em torno do que está sendo lembrado pode parecer universal, no entanto, cada um desses monumentos vai produzir narrativas que vão redefinir perpetradores, vítimas, culpa e até mesmo o próprio evento (Koonz, 1994 p.260).

Eventos que impactaram comunidades políticas diferentes, principalmente de bases nacionais distintas, estão mais predispostos a apresentarem repercussões diferenciadas. Uma vez que cada um desses grupos já apresenta aspectos culturais e logo, de sistemas de interpretação diferenciados a significação do próprio evento já não poderia ser a mesma para todos.

Mas o que está em jogo não é apenas o reconhecimento social de memórias de minorias a cerca de suas experiências silenciadas. Na disputa pelo reconhecimento está presente o desejo de se apresentar uma narrativa estável, que se sobreponha à todas as outras, e que perca seu caráter negociável. No caso de memórias que refletem grande sofrimento, está o risco de se construir uma narrativa única, sobre bases morais, que se torne uma narrativa absoluta e não passível de contestação.

3.3

Memórias Contestadas

3.3.1

Os Contra monumentos

Assumir que a violência das guerras é necessária para a manutenção do Estado moderno permite perceber a tensão colocada entre esta violência necessária e a promessa de segurança dentro das fronteiras. Em toda construção narrativa, mesmo em torno de algo aparentemente rígido como um monumento, há abertura para novas interpretações da mensagem que está sendo transmitida.

O Monumento contra o fascismo, na cidade alemã de Harburg, foi chamado por seus próprios criadores, os alemães Jochen e Esther Gerz, de contra monumento¹⁰. Preocupados com a possibilidade do monumento em si tangibilizar a lembrança do fascismo e de suas vítimas sem, no entanto, ditar a maneira pela qual a comunidade deveria lembrar, seus criadores decidiram construir um monumento que desaparecesse por si mesmo.

Assim, foi erguido em 1986 em uma área comercial da cidade de grande circulação, de forma que os pedestres poderiam amar ou odiar o monumento, mas não poderiam evitá-lo. O contra monumento convidava as pessoas, em vários idiomas, a escrever seus nomes naquele monumento de forma a firmar o compromisso de estar vigilantes. O texto informava, ainda, que aquele monumento iria desaparecer aos poucos e que ao final, só restariam as próprias pessoas para lutar contra as injustiças.

Ao longo do tempo, a imensa torre de concreto ia entrando na terra até que desaparecesse por completo, restando apenas as lembranças daqueles que passaram pelo local. Contrariando todas as ideias sobre monumentos Young (1993, p.30) descreve que o contra monumento “tinha o objetivo não de consolar, mas de provocar; não de manter-se fixo, mas de mudar; não de ser eternizado, mas de desaparecer; não de ser ignorado, mas de demandar interação...”.

Muitas pessoas escreveram seus nomes enquanto outras desenharam carinhas, estrelas de David e até mesmo o símbolo da suástica, o que fez a polícia ficar atenta ao que poderia se tornar vandalismo. No entanto, Gerzes respondeu “Por que não dar ao fenômeno liberdade e permitir ao monumento documentar o temperamento social?” (Gerzes, apud Young, 1993 p.35).

A proposta dos contra monumentos está justamente em não reproduzir os monumentos que ressaltam os heróis de guerra ou suas vítimas, como no caso do Holocausto. No entanto, este espaço tangível de práticas de memória não está unicamente colocado na construção de museus, memoriais ou na celebração de feriados nacionais porque visam atingir pessoas diferentes.

¹⁰ Para mais informações sobre outros contra monumentos ver James E.Young em *The Texture of Memories* (1993) onde o autor aborda diversos outros exemplos de contra monumentos erguidos na Alemanha.

3.3.2 A mobilização dos testemunhos

Dori Laub (apud Edkins, 2003 p. 195) diferencia vários níveis de testemunhas e afirma que depois da I Guerra Mundial havia duas nações, uma daqueles que lutaram e que sabiam o que a guerra era e que havia visto a morte e outra que havia permanecido em casa, que não tinha visto a morte, mas que tinha vivenciado o sentimento de perda.

Esses dois grupos formavam duas comunidades de sofrimento. Nesse sentido, as práticas de memória atuam também, e principalmente, naqueles que sobreviveram à guerra, seja participando dela - como no caso dos sobreviventes, seja assistindo - como no caso dos familiares dos heróis de guerra.

Os familiares dos mortos pela guerra são alvos das práticas de memórias utilizadas pelo Estado, principalmente através dos memoriais, como visto acima. Toda a mobilização em torno do Cenotaph ou do Muro do Vietnam mostra como essas pessoas são mobilizadas para ir até este local, como se o próprio ente querido estivesse ali. Na verdade, ele *está ali*, representado.

É interessante notar que a prática de celebração do passado está na preferência dada aos mortos em detrimento dos vivos. A própria adjetivação dada a cada um denota a sua importância, quem morreu é herói enquanto quem sobreviveu fica entre sobrevivente e vítima. Enquanto esses heróis são comemorados e celebrados, suas viúvas são esquecidas. Winter (apud Edkins, 2003 p. 24) aponta que o número de viúvas britânicas, em detrimento da I Guerra Mundial, fica em torno de três milhões. Em 1938, 500 mil pensões eram pagas, sendo que quarenta e uma mil delas por causa de doenças como bronquites ou tuberculosas.

Logo, as práticas de comemoração e lembrança versus as práticas de esquecimento começam no próprio indivíduo e em seu núcleo familiar. Além disso, toda uma cultura de orgulho leva muitos veteranos de guerra a escolher não lutar por uma indenização em favor do respeito-próprio. Thomson (apud Edkins 2003 p.28) traz outro exemplo de um soldado australiano que por ter declarado que estava bem, ao retornar da I Guerra Mundial, nunca recebeu pensão de guerra.

O testemunho do sobrevivente tem um papel fundamental que pode ser entendido como contra hegemônico, ameaçando a fantasia do Estado moderno como um ente provedor de bem estar. Conforme apontado no primeiro capítulo, o diagnóstico e o tratamento dos sobreviventes à violência têm como resultado a diminuição de sua força política justamente por serem classificados como doentes ou vítimas. O testemunho dos sobreviventes torna-se passível de não ser validado como verdade. Uma vez que há o entendimento de que existe uma verdade sobre o passado, essa verdade se relaciona intimamente com o saber. Assim, o testemunho é também uma representação de um saber. Afinal, se sabe o que se lembra.

Quando se fala sobre memória e testemunho, tem-se a ideia de que existe alguém que estaria qualificado para dar seu testemunho, sua versão sobre fatos ocorridos anteriormente. Mas se essa pessoa se encontra debilitada ou sofrendo de algum distúrbio proveniente de um estresse pós-traumático, este indivíduo pode não ter domínio completo sobre si mesmo e sobre o que está lembrando. O que este está narrando é fruto de sua lembrança ou de sua fantasia?

Kalí Tal (apud Edkins, 2003 p.190) aponta três estratégias que atuam na cooptação de testemunhos: mitologização, medicalização e desaparecimento. A mitologização atua no sentido de reduzir a importância ou toda a contextualização que envolve eventos traumáticos em uma narrativa fixa, documentada como acontece no caso de museus. Nesse tipo de narração do trauma, são exaltadas as noções de resgate e redenção. Na medicalização, os sobreviventes são tratados como vítimas. Seu testemunho perde força política e é entendido dentro de um quadro de sintoma, logo, resultado de uma doença. Quanto ao desaparecimento, este ocorre quando há a recusa de afirmar determinados acontecimentos traumáticos, levando ao descrédito do sobrevivente.

Dentre os diversos locais onde o testemunho é colocado, o que mais vem chamando atenção da comunidade internacional são as Comissões de Verdade. Tendo seu início entre a metade da década de 70 e início da década de 80, o fim das ditaduras colocava a importante questão sobre como lidar com este passado. Já na década de 90, após conflitos que tinham por objetivo por fim a governos autoritários,

muitos regimes de transição também escolheram as Comissões de Verdade para auxiliar em seus processos de busca pela verdade e justiça.

As Comissões de Verdade e Reconciliação (CVR)¹¹ são organismos oficiais, temporários criados para investigar períodos de violações massivas de direitos humanos, mas que não apresentam caráter jurídico que resulte em punição dos acusados, tendo como base o entendimento de uma justiça restaurativa - no sentido de restaurar a paz e instaurar uma reconciliação entre as partes antes inimigas, e que concede anistia aqueles que contam a verdade sobre seus atos, e não a justiça punitiva.

Na Argentina, a Comissão de Verdade foi instaurada no período de 1983 a 1984 para investigar as ações dos militares que durante sete anos, a partir de 1976, estiveram no poder daquele país. Com medo de prestar contas sobre seus crimes antes de deixar o poder, os militares deram a si mesmos imunidade e ordenaram a destruição de todos os documentos que comprovassem sua participação na perseguição, na captura, na tortura e no assassinato de “subversivos”.

Ao ser eleito, o presidente Raúl Alfonsín decretou, já nos primeiros dias de seu mandato, a criação de uma Comissão de Verdade através da Comissão Nacional de Desaparecidos (CONADEP). A Comissão realizou, em nove meses, sete mil declarações e documentou oito mil novecentos e sessenta desaparecidos e mobilizou vários exilados que retornaram ao país para testemunhar ou tiveram seus testemunhos recolhidos em consulados e embaixadas, em todo o mundo. Desses sete mil entrevistados, mil e quinhentos eram sobreviventes que haviam passado por detenção (Haynes, 2011 p. 46).

Ao final das ações do CONADEP foi elaborada uma publicação chamada “*Nunca Más*” que foi entregue ao presidente e outra versão compilada publicada. A publicação se tornou rapidamente um best-seller chegando a ser o livro mais vendido na história da Argentina (Haynes, 2011 p.46).

¹¹ Para este trabalho serão consideradas comissões de verdade para caracterizar o corpo de ações que apresenta as seguintes características: 1. Tratam do passado, 2. Investigam padrões de abusos em um período específico de tempo e não em um evento específico, 3. Funcionam durante um período determinado que vão de 6 meses a 2 anos, e 4. São comissões sancionadas oficialmente, autorizadas e legitimadas por governos e até mesmo em algumas ocasiões pelo grupo contra o governo como acontece em acordos de paz. (Hayner, 2001 p. 14).

Com a ordem para destruição de toda a documentação relacionada às mortes e torturas empreendidas pelo regime militar, a única maneira de se chegar a uma verdade e de investigar as ações dos militares nesse período foi através dos testemunhos. A publicação “Nunca Más” é constituída basicamente de relatos de familiares e sobreviventes.

Os testemunhos publicados em geral são de um parágrafo e servem para ilustrar como o regime funcionava baseado em extrema organização e documentação da violência. Esses extratos são contextualizados pela narrativa da Comissão de investigação e em pouquíssimos casos apresentam conclusões sobre possíveis causas para não encontrarem os corpos das vítimas desaparecidas, por exemplo. No caso da seção sobre tortura foi transcrito um testemunho de um sobrevivente em sua integridade uma vez que “por ser típico” refletem “os padecimentos físicos e psíquicos de quem atravessou o périplo” (CONADEP 1984, p.17).

Mas antes mesmo do surgimento da Comissão de Verdade naquele país, houve uma intensa mobilização em torno dos desaparecidos criada pelas “Abuelas y Madres de Plaza de Mayo”¹². Muitas vezes tendo suas integrantes ameaçadas e sequestradas, esse movimento completa atualmente 34 anos de luta pela memória dos desaparecidos.

Em virtude do grande número de desaparecidos sendo muitos destes, mulheres grávidas, a mobilização teve início para tentar descobrir para onde os filhos das “desaparecidas” pelo regime foram levados. O CONADEP cita diversas vezes a importância deste movimento na luta pelo não esquecimento de milhares de crianças também vítimas do regime ditatorial argentino e classifica como a consciência cívica da nação.

3.4 Conclusão

Neste segundo capítulo foi mostrado como diversas práticas de memória são instrumentalizadas de forma a ressaltar, e assim lembrar, ou diminuir, e assim esquecer, determinados fatos que fazem parte de contextos maiores. Através desses

¹² www.madres.org

processos de lembrança *versus* esquecimento, uma nova característica é atribuída a eventos dando uma cara completamente diferente a essa colcha de retalhos que é a comunidade política.

O presente capítulo mostrou as práticas de memória impressas em algo aparentemente rígido como os monumentos podem ganhar novos significados devido ao distanciamento entre o presente momento e àquele outro evento ali representado e de acordo com a conveniência colocada por novos contextos políticos e sociais. Assim, os monumentos e o que é celebrado e comemorado em torno deles, apresentam características muito mais flexíveis e uma plasticidade que oferecem uma nova percepção sobre o que está sendo teatralizado naquele lugar.

Nas práticas de memória, articula-se não só a identidade daquele indivíduo que se sacrificou, morreu e sobreviveu em nome de sua pátria, mas também daquele que foi vítima das primeiras articulações entre identidade e diferença que informam quem pertence ou não, àquele Estado Nação. Ainda mais do que a articulação de identidades, celebrações transformam uma guerra que gerou inúmeras contestações entre seus próprios cidadãos que a percebiam como injustificável, por uma luta pela democracia, como no caso da Guerra do Vietnam.

Mas a perda de pessoas em eventos de grande proporção, como o Holocausto e I Guerra Mundial, como tratados no presente capítulo, são transformadas em enormes monumentos e celebrações em níveis mundiais e que fazem parte de um processo de identificação pela dor. O 11 de Setembro pode ser entendido como o ápice de um processo em que as celebrações em torno da perda do outro, que é totalmente desconhecido para muitos, fazem do luto nacional, um luto de caráter humanitário.

A dor possível de ser sentida por aqueles que visitam monumentos que retratam momentos de grande perda, mesmo que não estejam diretamente relacionados à ela, ou aquela Nação, traz a prerrogativa de uma humanidade unida em sua característica mais básica. Como consequência, cria-se uma identificação entre o indivíduo e o outro. Essa identificação resulta em uma propagação das prerrogativas construídas a partir do elemento traumático ao outro, aquele que sofreu, e legitima suas ações em grande escala.